

Caçadores e cassados

29 JAN 1995

JORNAL DE BRASÍLIA

EDUARDO BRITO

Voltando ao Congresso após um mandato de prefeito em Teresina, diz o deputado Heráclito Fortes esperar para que a próxima legislatura melhor sorte do que teve a atual, essa que se encerra dentro de três dias. O atual Congresso, lembra Heráclito, fez de tudo. Foi caçador e foi caçado; foi cassador e foi cassado. Foi delegado de polícia, foi juiz e foi carrasco. Só não foi legislador.

Caso se recolhessem os relatórios frios das secretarias de Mesa, seria possível encontrar números capazes de contrariar essa afirmativa. Entre resoluções, decretos legislativos, projetos de conversão, projetos de lei e o que mais houver, Câmara e Senado teriam um saldo positivo a mostrar. Não adianta. Não será essa a imagem que o público conservará da legislatura 1991-1995.

De certa forma ela já começou mal. A dramática renovação ocorrida nas eleições de 1990, uma das mais elevadas da República, não significou uma melhoria qualitativa. O Congresso anterior, eleito como Assembléia Nacional Constituinte, foi unanimemente considerado um dos melhores já reunidos no País. Renovação pode ser vista, em princípio, como algo sempre positivo. No caso, significou a troca de Afonso Arinos por Onaires Moura.

A bancada de novatos trazidos pelas urnas de 90 trouxe algumas boas surpresas. No geral, porém, poucas vezes encontrou-se tão grande concentração de mediocridades por metro quadrado. Tolos não, porque tolo não chega ao Congresso; medíocres sim. Houve recordes nacionais, como a bancada

de Rondônia. Dos oito deputados federais eleitos, três terminaram cassados pelos próprios colegas, tantas apromptaram.

Bem que, como é de norma, os membros da legislatura que agora se encerra buscaram sintonizar-se com os anseios populares. Coube-lhes o mérito de afastar um presidente que, denunciado por corrupção, vinha merecendo o absoluto repúdio popular pelo espírito atrabiliário e por uma política econômica que desempregou os pobres ao mesmo tempo em que empobreceu os médios. E em que, ao menos segundo uma CPI, achacou os ricos.

Mas nada como uma CPI depois de outra. O mesmo Congresso viu-se forçado a abrir um inquérito a respeito de si próprio. Com uma peculiaridade: um inquérito para apurar aquilo que todo mundo já sabia. Assim como qualquer figura bem informada de Brasília estava cansada de ouvir falar das estrepolias do PC, conhecia melhor os anões do Orçamento do que os da Branca de Neve.

Ao se abrirem os trabalhos da nova CPI, a única dúvida era o real alcance das descobertas. No fim, entre peixinhos e tubarões brancos, surgiram fatos suficientes para as cabeças rolarem. O Congresso soube cortar na própria carne, o que os desanimados membros da legislatura apontam como seu grande mérito. E é mesmo um mérito. Não se tem notícia de outro poder que tenha ousado fazer o mesmo. Nem o Executivo, afinal de contas onde corre o dinheiro público; nem o Judiciário, onde já circularam denúncias não muito diferentes das dirigidas contra o Legislati-

vo. Este soube punir seus membros, em um espetáculo de autoflagelação inédito na história brasileira.

Não importa. A opinião pública ainda achou pouco. Caso se pergunte nas ruas a qualquer cidadão o que pensa do incidente, certamente ele dirá que muitos escaparam. A população queria — e quer — ver mais sangue. Ao lanhar-se, o Congresso despertou e ampliou essa sede. A imerecida repercussão dos pobres calendários do senador Humberto Lucena e a condenação dos novos salários dos parlamentares constituem apenas exemplos disso. O que dona Zélia fez com o bolso do povo, as mutretas dos vice-ministros nomeados pelo esquema PC, as piruetas dos maridos das meteóricas ministras Margaridas, a farra das empreiteiras, tudo isso faz do caso Lucena uma brincadeira de criança.

A atual legislatura encerra-se assim em um clima melancólico. Os deputados e senadores atolaram-se a ponto de deixar o Brasil, durante sete meses — e possivelmente por mais tempo — com uma moeda provisória. Nunca se viu isso em qualquer nação civilizada. Mas ninguém do povão está dando muita importância a isso. Eles também puniram traficantes, doleiros, anões e ladrões. Dedicaram a isso a maior parte do tempo que passaram em Brasília, embora para muitos isso não signifique muita coisa. Estão sendo crucificados por não terem punido mais. Realmente é caso de se desejar melhor sorte aos seus sucessores.

■ Eduardo Brito é editor interino de Política do Jornal de Brasília